

ANO 1 - Nº 02 - MARÇO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas

ESPECIAL PREVIDÊNCIA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O DESMONTE DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A PEC encaminhada pelo governo Bolsonaro à Câmara Federal não é o que parece, ou seja, não trata apenas de reformar a Previdência Social brasileira. Antes de tudo é uma acintosa iniciativa para desmontar o Sistema de Proteção Social, que foi construído de forma meritória e com importantes impactos sociais e redistributivos desde a Constituição Federal de 1988.

Embora o objetivo declarado do governo seja “garantir a sustentabilidade do sistema”, isto é, enfrentar um suposto problema fiscal, a PEC é omissa em relação às fontes de receitas tributárias que, de acordo com a Constituição, deveriam ser utilizadas para assegurar o pleno financiamento da Seguridade Social brasileira. Além disso, ao restringir o acesso e o valor dos benefícios e aumentar o tempo de contribuição e o tamanho de algumas alíquotas, a PEC parece ter como objetivo velado induzir a migração da população de maior renda para um sistema de capitalização.

Aos 65 milhões de trabalhadores que hoje não têm condições de contribuir para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) – desocupados, subocupados, autônomos e assalariados informais, trabalhadores familiares, trabalhadores da pequena produção agrícola – e ainda para aqueles que contribuem de forma esporádica e com valores insuficientes, a PEC promete apenas a via dos benefícios assistenciais, agora reduzidos a quatorzentos reais mensais, sem previsão de correção monetária.

Ou seja, pela proposta do governo a Seguridade Social deixa de existir, sendo substituída por um sistema dual que, por um lado, terá um programa de assistência social destinado aos pobres e, por outro, um sistema de seguro social (capitalização individual) voltado para os ricos e remediados, cuja viabilidade é amplamente questionada à luz das experiências internacionais – no Chile, por exemplo, é um enorme fracasso.

Outro aspecto importante a destacar da PEC apresentada pelo governo é o desequilíbrio da carga que se pretende cobrar de cada um dos subsistemas que hoje compõem a Seguridade Social brasileira. Conforme se pode observar na tabela a seguir, do total de 1,072 trilhão de reais que o governo pretende economizar em dez anos, nada menos que 687,4 bilhões (ou 64% do total) serão capturados a partir de cortes no RGPS – que hoje paga benefícios inferiores a dois salários mínimos a 83,4% de seus segurados – enquanto outros 182,2 bilhões de reais (17%) serão retirados dos benefícios assistenciais concedidos àquela camada da população que, justamente pelas condições de vida e trabalho altamente precárias, não puderam no passado contribuir de forma sistemática com o INSS.

Tabela 1 - Projeção de economia de recursos por subsistema

	Recursos a serem economizados em 10 anos	
	R\$ bilhões	distribuição
Reforma RGPS	687,4	64%
Benefícios Assistenciais	182,2	17%
Sub-total	869,6	81%
Reforma RPPS	202,8	19%
TOTAL	1.072,4	100%

Fonte: Ministério da Economia

Por seu turno, nos chamados Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que dizem respeito aos servidores públicos dos três níveis de governo e que de fato ainda registram grandes disparidades entre as contribuições e os benefícios, a economia prometida corresponde apenas a 19% do total (202,8 bilhões de reais). Mesmo que haja concordância em relação às necessidades de ajustes no RPPS, não parece justo tentar equacionar suas contas impondo a maior parte do ônus aos demais subsistemas, quanto mais porque, diferentemente do RPPS, aqueles não foram pensados como sistemas atuariais e devem ser complementados por recursos tributários no montante em que for necessário. Não custa observar a esse respeito que desde 1994 o Orçamento da Seguridade Social tem sido em parte desviado para o caixa único do governo por meio da chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU) – que antes retirava 20% das receitas e hoje retira 30% – e, além disso, a própria gravidade da atual crise econômica e seus impactos sobre o mercado de trabalho (desemprego e informalidade) que afetam diretamente as receitas do RGPS e que devem ser revertidos assim que o governo de plantão abandonar a contraproducente agenda da austeridade fiscal.

Depressão da economia e do mercado de trabalho

Além de não resolver a questão fiscal a que se propõe – que decorre fundamentalmente da recessão econômica e das baixas taxas de crescimento econômico dos últimos anos e que deveria ser tratada por meio de uma reforma tributária – a PEC 06/2019 impõe ao país uma agenda recessiva e socialmente injusta que deverá contribuir ainda mais para o esgarçamento do tecido econômico brasileiro. Vejamos, a seguir, quais as principais dimensões econômicas que deverão ser afetadas por uma virtual reforma da Previdência.

Efeitos sobre o consumo agregado

Nos termos em que foi apresentada pelo governo, a PEC 06/2019 deverá afetar negativamente o consumo agregado por diferentes frentes.

Em primeiro lugar, a drástica redução do valor dos benefícios previdenciários (cujo cálculo dependerá agora da média da totalidade das contribuições e só serão plenamente pagos aos trabalhadores que contribuírem por quarenta anos) e dos benefícios assistenciais (que serão desvinculados do salário mínimo e não terão garantia sequer a correção monetária) deverá produzir um importante impacto negativo na renda disponível de um grande contingente de famílias brasileiras de baixa renda, atingindo praticamente um quarto da população brasileira. Nas contas apresentadas pelo próprio Ministério da Economia, serão subtraídos dos bolsos das famílias localizadas na base da pirâmide social brasileira um montante anual de 87 bilhões de reais, dos quais 68,7 bilhões corresponderão à redução das despesas do RGPS e outros 18,2 bilhões serão obtidos a partir dos cortes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural. Assim, tomando por base os efeitos multiplicadores das transferências sociais tal como calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível estimar que a retirada anual de 68,7 bilhões de reais do RGPS (tabela 1) deverá reduzir o PIB em cerca de 0,5% ao ano, enquanto os recursos poupados com os cortes dos benefícios assistenciais (cujo efeito multiplicador é estimado em 1,78%) deverão retirar do PIB aproximadamente 32 bilhões de reais anuais, isto é, outros 0,5%. Somadas, portanto, a economia de recursos públicos com as reformas do RGPS e da seguridade social deverão reduzir em um ponto percentual a taxa de crescimento anual do PIB nos próximos dez anos.

Em segundo lugar, o aumento das exigências contributivas – a partir de agora serão necessários no mínimo vinte anos de contribuição e, no caso dos trabalhadores rurais, o respeito a limites do valor de suas propriedades –, associado ao aumento de alíquotas de contribuição para os trabalhadores com renda superior a dois salários mínimos e à contribuição anual mínima de seiscentos reais para trabalhadores rurais resultará em efeitos contracionistas da renda disponível.

Em terceiro lugar, a adoção de um sistema progressivo de novas alíquotas de contribuição sobre os salários dos servidores públicos, embora socialmente justa e meritória, deverá também reduzir a disposição para o consumo deste segmento dos trabalhadores assalariados do país, justamente aquele que, por sua estabilidade no emprego e garantia de renda, é o que apresenta maior propensão ao endividamento para a aquisição de bens de consumo duráveis. Se tomarmos por base o efeito mul-

tiplicador de 0,53% para cada real gasto com o sistema do RPPS, o crescimento do PIB deverá também aqui ser impactado negativamente em cerca de dez bilhões de reais anuais, isto é, algo como 0,15% ao ano.

Em quarto lugar, assim como se observa em países com sistemas previdenciários pouco protetivos (o exemplo clássico é o caso japonês), é de se supor que as famílias brasileiras deverão aumentar sua propensão a poupar – portanto, cortando consumo – visando encontrar formas alternativas (previdência complementar; cadernetas de poupança; aquisição de títulos públicos, aquisição de imóveis) para garantir algum incremento da renda no momento da aposentadoria.

Em suma, por conta desta multiplicidade de efeitos, é de se esperar que boa parte da meta de economia que o governo anunciou para os primeiros dez anos pós-reforma (cerca de um trilhão de reais em dez anos ou cem bilhões de reais anuais) venham promover uma contração das taxas de crescimento do PIB superior a 1% ao ano.

Efeito sobre o mercado de trabalho

Uma eventual aprovação da reforma da Previdência nos termos em que foi apresentada, deverá afetar o mercado de trabalho por diferentes vias. Por um lado, os próprios efeitos depressores sobre o consumo agregado e, por conseguinte sobre a renda, deverão levar a uma menor demanda por trabalho, reduzindo o número de trabalhadores. Considerando que a taxa de elasticidade emprego-produto no Brasil seja de 0,5%, e que estimamos uma perda de potência do crescimento do produto em torno de 1% ao ano, então se pode supor que o mercado de trabalho brasileiro irá perder aproximadamente 450 mil ocupações por ano (0,5% da população ocupada) em decorrência direta dos impactos negativos da reforma da Previdência sobre a atividade econômica.

Por outro lado, na medida em que a renda das famílias será negativamente afetada, é de se esperar que mais gente seja compelida a buscar uma alternativa de renda, o que significa em termos agregados que a População Economicamente Ativa (PEA) deverá crescer. Consequentemente, com mais pessoas no mercado e menor volume de ocupações, a taxa de desocupação, já muito elevada, deverá avançar de forma ainda mais intensa.

Corroborando essa tendência, outra modificação prevista na PEC deverá também aumentar ainda mais a concorrência no mercado de trabalho. Na medida em que se pretende isentar as empresas que contratarem aposentados da contribuição para

o FGTS (além de desobrigá-las da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa) será dado um incentivo à permanência dos idosos na ativa, os quais deverão disputar com vantagem as vagas de trabalho com a população mais jovem. Ou seja, além de ampliar o contingente de trabalhadores na ativa, pode-se dizer que os avós estarão capturando os empregos dos netos.

Ampliação da pobreza, da desigualdade social e de gênero

A economia prevista pela proposta onera duramente os mais pobres: do 1,1 trilhão de reais previsto para ser economizado em dez anos, 75,6% viriam da subtração de direitos dos beneficiários do INSS (rural e urbano), da assistência social (BPC) e do Abono Salarial, que beneficiam justamente os mais pobres.

Além de penalizar mais os pobres, a reforma onera muito mais os trabalhadores civis que os militares. A proposta de reforma da Previdência para os militares (Projeto de Lei 1645/2019) prevê economia nos próximos dez anos de 97 bilhões de reais, mas é contraposta por um aumento de gastos de 86,8 bilhões, devido à reestruturações na carreira como forma de compensação à categoria, que, além de ter vínculos com o presidente da República, tem grande espaço no governo hoje.

Além disso, penaliza as mulheres. Em geral, a proposta de Guedes e Bolsonaro propõe acabar com a possibilidade de se aposentar por idade (e quinze anos de contribuição), o que pode ocorrer hoje aos 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres (cinco anos a menos para trabalhadores rurais). Como acabaria esta possibilidade, a maioria dos trabalhadores entraria na regra de precisar completar no mínimo 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). Já a regra 86/96, em vigor desde janeiro de 2019, e que combina idade e tempo de contribuição, exige trinta anos de contribuição para as mulheres e 35 anos para os homens, ou seja, completando este tempo mínimo de contribuição e as idades de 56 para mulheres e 61 para homens, os trabalhadores teriam direito à aposentadoria integral (respeitado o teto do INSS). Pela regra de Guedes e Bolsonaro, para ter aposentadoria integral (e muda a forma do cálculo deste valor, que, na prática reduz a média dos benefícios concedidos), o trabalhador deveria ter quarenta anos de contribuição e entrar na “regra geral” de idade também, que é de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Ou seja, as mulheres teriam a idade mínima necessária para se aposentar muito mais ampliada que os homens com a reforma. Esta ampliação ocorre desconsiderando a carga de trabalho doméstico não remunerado efetuada pelas mulheres, que compõe a

chamada dupla jornada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por semana, as mulheres realizam por volta de vinte horas de trabalho doméstico não pago, enquanto os homens realizam dez horas. Enquanto as mulheres podem, em teoria, se aposentar do trabalho remunerado, não se aposentam do trabalho doméstico. E, infelizmente, esta divisão sexual do trabalho persiste nas novas gerações: por exemplo, entre os jovens “nem-nem” no Brasil (que nem trabalham nem estudam) em 2017, 24% das jovens mulheres afirmaram não trabalhar ou estudar por cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou deficiente. Entre os jovens homens, esse percentual foi de 0,7%.

Por fim, além de penalizar os mais pobres, os civis e as mulheres, também penaliza mais o trabalhador rural. A regra atual prevê que o trabalhador rural precisa comprovar que exerceu ao menos quinze anos de atividades no campo e atingir a idade de 55 anos no caso das mulheres e sessenta no caso dos homens. Pela regra proposta pela reforma, os trabalhadores que ingressarem agora no mercado de trabalho precisariam completar sessenta anos e juntar vinte anos de contribuição: hoje não é necessário comprovar contribuição. Pela reforma, a contribuição seria de seiscentos reais por ano para o núcleo familiar. Considerando as condições em que trabalham os camponeses do nosso país, é possível imaginar que seja difícil que uma família consiga se programar para desembolsar seiscentos reais ao ano para contribuir com a Previdência, o que pode aumentar a pobreza no campo.

Desigualdade e pobreza deixam de ser combatidas

Além das ampliações das exigências de contribuição, o que pode afastar os trabalhadores não só das aposentadorias, mas também pode desestimular a contribuir com o sistema, reduzindo sua arrecadação, a reforma ainda reduz o valor de pensões por morte (o que afeta em grande medida as mulheres), aposentadoria por invalidez e o valor recebido por idosos miseráveis com o BPC entre 65 e 70 anos. Tais medidas contribuem para reduzir os instrumentos de combate à desigualdade e à pobreza no país.

O primeiro ponto a se apresentar é que a desigualdade regional pode aumentar com a reforma da Previdência, tanto entre as regiões urbanas e rurais quanto entre as regiões mais ricas (Sul e Sudeste) e as mais pobres (Norte e Nordeste) do Brasil. Diversos estudos de caso mostram que a renda das aposentadorias é um fator que atenua as crises (como secas) nos pequenos municípios brasileiros e fornece mais estabilidade à renda familiar.

Outro ponto é que diversos estudos mostram que o RGPS e o BPC reduzem as enormes desigualdades de renda no Brasil, enquanto o RPPS (dos servidores públicos) atua aumentando as desigualdades de renda. Ao colocar maior peso na reforma justamente na redução dos benefícios associados aos instrumentos de combate às desigualdades, é de se esperar que estas sejam ampliadas.

Outro ponto é a possibilidade de ampliação da pobreza entre os idosos. Em 2014, a pobreza (ou seja, renda de menos de meio salário mínimo) atingia menos de 10% dos idosos brasileiros de 75 anos de idade. Sem a renda da Previdência, este número subiria para 65%, já que a renda previdenciária é praticamente a única fonte de renda nesta fase da vida. Assim, os dados mostram que ao endurecer as regras de acesso à Previdência e reduzir os benefícios previdenciários, corre-se o risco de ampliar fortemente a pobreza entre os idosos brasileiros.

Aumenta o desequilíbrio regional

A proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso promove mudanças significativas nos benefícios previdenciários visando reduzir o montante de recursos estatais despendidos. Entretanto, os recursos dos benefícios do INSS são importantes para o desenvolvimento da economia regional, principalmente nos municípios de menor porte.

Desta maneira, caso aprovada, terá um efeito negativo na dinâmica da economia local, agravando os problemas sociais e a geração de emprego e renda, especialmente no momento de estagnação econômica pelo qual passa o país.

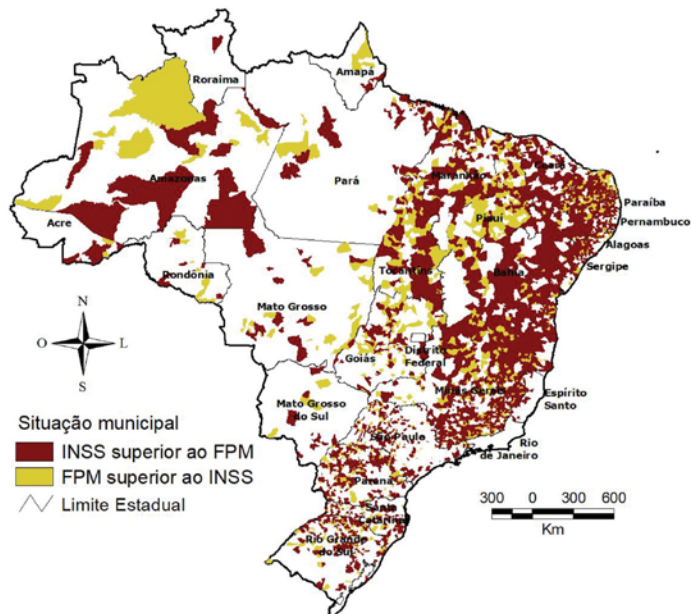
Ao buscar contribuir com essa discussão de dependência regional dos recursos previdenciários, a equipe da Fundação Perseu Abramo comparou os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com os recursos do INSS para os municípios brasileiros mais dependentes de repasses financeiros federais.

O universo de análise foram 2.077 cidades cujo valor do FPM correspondia a mais de 50% da receita orçamentária municipal. Para os municípios em questão, o levantamento realizado mostrou que o valor do Fundo de Participação dos Municípios correspondia a 10,5% dos recursos do INSS, os quais incluem benefícios de aposentadoria, pensão, auxílios e assistenciais.

De acordo com a metodologia apresentada, a reforma da Previdência do governo Bolsonaro afetaria principalmente os municípios de menor porte. O resultado do es-

tudo apontou que os municípios dependentes dos recursos previdenciários e também de repasses financeiros do FPM eram os de tamanho menor, sendo 49% deles com população inferior a 25 mil habitantes.

Relação entre as transferências líquidas para os municípios provenientes da Previdência Social e do Fundo de Participação dos Municípios - 2018



Obs: Considerados os municípios aonde o FPM é superior a 50% da receita total municipal.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INSS e Tesouro Nacional/ME.

A região Sudeste concentrou 33,7% dos municípios dependentes dos recursos previdenciários, especialmente em Minas Gerais. Juntas, as regiões Norte e Nordeste concentravam 29,4% dos municípios nesta situação, seguidas das regiões Sul (24,5%) e Centro-Oeste (11,7%). O Mapa acima ilustra essa distribuição regionalizada segundo relação entre recursos do INSS e do FPM.

De um total de 2.077 municípios analisados, em 1.946 (93,7%) a receita com benefícios previdenciários era maior do que os repasses realizados pelo FPM. Nas regiões Sul e Sudeste, em torno de 98% dos municípios têm uma receita maior com benefícios do INSS se comparado aos do FPM. Nas regiões Norte e Nordeste esta situação corresponde a 79,8% e 90,5% dos municípios, respectivamente. Por fim, na região Centro-Oeste, a relação INSS e FPM corresponde a aproximadamente 89,5% em 2018.

Tabela 2: Distribuição dos municípios segundo relação dos benefícios previdenciários e dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios
Municípios selecionados (*), 2018

Regiões	Municípios onde benefícios do INSS são maiores que o FPM	Total de municípios analisados	%
Norte	193	242	79,8
Nordeste	334	369	90,5
Centro-Oeste	231	258	89,5
Sudeste	688	699	98,4
Sul	500	509	98,2
Total	1946	2.077	93,7

(*) Consideraram-se cidades cujo valor do FPM correspondia a mais de 50% da receita orçamentária municipal. Fonte: IBGE e Secretaria da Previdência.

Uma vez realizadas as mensurações que apontam que os recursos da Previdência são importantes para o dinamismo das economias locais das cidades, vejamos como os municípios organizados em suas entidades representativas estão se posicionando em relação à reforma da Previdência.

Em suma, existem visões bastante diferentes entre os prefeitos, já que vários municípios vivem as agruras das dívidas e altos aportes para suas previdências próprias e alguns partem dessa visão e buscam fazer com que a reforma atinja também diretamente as previdências municipais.

A Frente Nacional de Prefeitos, que agrega as capitais e maiores cidades do país, expressa essa opinião. Em sua 75ª reunião, realizada nos dias 25 e 26 de março, recebeu o ministro Paulo Guedes para debater e se posicionou, novamente, em apoio à reforma, indicando que além da aplicação imediata das mudanças aos Regimes Próprios de Previdência, defendem como fundamental para que apoiem o projeto a efetivação célere da compensação previdenciária. Pleitearam, ainda, isenção da contribuição do Pasep para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); permissão para que RPPS concedam empréstimos consignados; e para que torne mais eficiente a cobrança da dívida ativa previdenciária.

A Confederação Nacional de Municípios, que realizará entre os dias 8 e 11 de abril sua 22ª Marcha a Brasília em defesa dos municípios, também espera receber Paulo Guedes para debater. A entidade tem se posicionado, apesar de representar fundamentalmente pequenos municípios, a favor da reforma da Previdência, desde o

governo Temer. Seu presidente, Glademir Aroldi, ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS), destaca no site da entidade que “a votação da reforma da Previdência é importante. O Brasil precisa dela, e nós precisamos compreender isso”. Demonstra com isso mais alinhamento político do que refletir o posicionamento de seus associados.

A Associação Brasileira de Municípios realizou sua assembleia em março e os prefeitos presentes foram unânimes em apoiar o posicionamento que seu presidente, Ary Vanazzi, de São Leopoldo (RS), já vinha expressando: a reforma da Previdência, tal como vem sendo colocada pelo governo Bolsonaro, prejudicará muito os municípios e as prefeituras, uma vez que o empobrecimento da população, bem como a queda na economia de boa parte dos municípios, principalmente os pequenos e médios, com maior incidência no Norte e Nordeste, provocará não apenas queda na arrecadação como aumento da demanda pelos serviços públicos, especialmente na assistência social. O presidente da ABM, Ary Vanazzi, sendo prefeito de um município médio, com previdência própria, tem enfrentado as dificuldades fiscais, mas demonstra clareza sobre o quão é prejudicial à sociedade e também às prefeituras a reforma apresentada pelo governo.

POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benitez, visitou o Brasil no dia 12 e Bolsonaro elogiou Alfredo Stroessner.

Foi realizada uma reunião dos sherpas (articuladores e negociadores) dos Brics, em 14 e 15, em Curitiba (PR), para preparar a 11ª Cúpula, marcada para novembro de 2019, em Brasília. Temas: investimentos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e cooperação em ciência, tecnologia, segurança, entre outros.

Bolsonaro esteve em visita oficial a Washington de 17 a 19, onde jantou com representantes da extrema direita, participou de reunião com a CIA, assinou acordos para alugar a Base de Alcântara, comprar trigo estadunidense, isentar estadunidenses de vistos para o Brasil, pediu apoio de Trump para ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), discutiu a relação do Brasil com a Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan) e discutiu a situação da Venezuela.

No dia 21, ocorreu uma reunião de ministros de Relações Exteriores em Santiago, no Chile, para discutir o Prosur.

Bolsonaro esteve no Chile em visita oficial no dia 22, para lançamento do Prosur.

Na ocasião, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, elogiou o ajuste estrutural de Pinochet, apesar do “banho de sangue”.

Bolsonaro esteve em visita oficial a Israel no dia 31.

Segurança pública e estado policial

O projeto de Sérgio Moro perdeu força em meio à crise política do governo. Na última semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, voltou a dizer que este não é prioridade frente à reforma da Previdência e que “é uma cópia do projeto de Alexandre de Moraes”. Além disso, criou um GT de avaliação do projeto que adiará em pelo menos noventa dias a tramitação, garantindo também a presença dos já conhecidos opositores de Moro neste debate, os deputados Paulo Teixeira, do PT, e Marcelo Freixo, do Psol. Após nova negociação, Maia voltou atrás e deu 45 dias para a tramitação do projeto. O acordo pressupõe a tramitação concomitante também no Senado.

Um documento emitido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública traz as medi-

das da pasta para o próximo período. Sobre segurança pública, destacam-se: aumento da execução orçamentária do Departamento Penitenciário Nacional (Depen); Reestruturação e reformulação da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), não mais com foco em política de prevenção ao usuário, mas na apreensão de ativos; fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública e da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária; novas contratações e modernização dos órgãos periciais na área de Genética Forense.

Estado, democracia e aperfeiçoamento da gestão pública

O Ministério da Saúde alterou regras e agora recursos oriundos de emendas destinadas ao SUS para licitações podem ser utilizados diretamente pelas prefeituras ou pelos governos dos estados. A regra havia sido alterada anteriormente após escândalos como o dos sanguessugas, que envolviam fraudes em contratação de ambulâncias.

Nomeações de cargos comissionados a partir do dia 15 de maio deverão seguir novos critérios, exigindo tempos variáveis de experiência prévia e qualificação. Caso o ministro responsável justifique, os critérios podem ser dispensados.

A partir de 1º de junho, concursos públicos serão tratados como última opção para preenchimento de vagas, sendo prioridade a transferência de servidores ou contratação de terceirizados.

Houve redução do número mínimo de participantes na Comissão de Anistia. Foram nomeados pela ministra Damare: o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, que já deu declarações duvidando da tortura sofrida pela ex-presidenta Dilma Rousseff; e João Henrique Nascimento de Freitas, advogado responsável por ajuizar ação em 2010 que tentava impedir a indenização a vítimas de tortura durante operações para acabar com a Guerrilha do Araguaia, que agora comandará a comissão.

Bolsonaro recomendou a comemoração dos 55 anos do golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura de 21 anos no Brasil.

ANÁLISE CRÍTICA

Salvo a reunião de trabalho para preparação da Cúpula dos Brics, a realizar-se em novembro, em Brasília, na qual o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do bloco, embora com poucas ambições, as demais iniciativas voltaram-se todas para fortalecer os laços do governo Bolsonaro com seus pares de direita.

Particularmente a visita aos Estados Unidos foi desastrosa pela subserviência expressa e pelos acordos feitos. Todos foram prejudiciais ao Brasil, como Alcântara e a OCDE, pois no primeiro o governo abriu mão da soberania brasileira e no segundo aceitou abandonar o status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). No caso da isenção de vistos, foi uma concessão sem reciprocidade.

Em relação ao Paraguai e ao Chile, Bolsonaro e, pelo menos um ministro, Onyx Lorenzoni, elogiaram os ditadores Alfredo Stroessner e Augusto Pinochet. Em relação ao segundo, a repercussão no Chile foi muito negativa, e algumas autoridades legislativas recusaram-se a encontrar o presidente brasileiro.

O lançamento do Prosur, que contou com a presença de chefes de Estado da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Colômbia, Equador e Guiana, visou criar uma alternativa de direita à Unasul.

As políticas propostas pelo documento do ministro Sérgio Moro têm como perspectiva o encarceramento e o policiamento ostensivo. Nada de prevenção e participação social. No que concerne à inteligência, o documento é pouco descritivo (não traz orçamento para implementação dos sistemas de integração de informação). Sobre enfrentamento à criminalidade, o documento só apresenta projetos pilotos com pouca abrangência.

A crise entre o Executivo e o Legislativo marcou o final do mês de março, envolvendo a relação entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o presidente, Jair Bolsonaro, e o ministro da Justiça, Sérgio Moro. Os dois projetos no centro do conflito foram a reforma da Previdência, enviada pelo governo, e o projeto de lei denominado por Moro de “anticrime”.

O governo avança na agenda liberal de desmonte do Estado, incluindo desregulações ou dificuldades impostas à contratação de quadros no Estado. O governo também segue flertando com o obscurantismo e com a agenda autoritária ao incorporar pessoas favoráveis à ditadura militar brasileira na Comissão de Anistia e ao recomendar a celebração do golpe. A inabilidade na negociação com o Congresso, o discurso hostil e anti-político, em conjunto com arroubos autoritários geram questionamentos de até onde o governo está disposto a conviver com a democracia e com as instituições.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Leilão dos aeroportos

Em 15 de março foram leiloados doze aeroportos em três blocos. Bloco Nordeste (Juazeiro do Norte, Campina Grande, João Pessoa, Recife, Maceió e Aracaju); Bloco Sudeste (Vitória e Macaé); Bloco Centro-Oeste (Alta Floresta, Sinop, Cuiabá e Rondonópolis). A arrecadação foi de 2,377 bilhões de reais e a concessão prevê investimentos de 3,5 bilhões de reais em trinta anos. Os vencedores foram Aena Desarrollo Internacional (Espanha) no Bloco Nordeste, Zurich Airport Latin (Suíça) no Bloco Sudeste e Consórcio Aeroeste (Brasil) no Bloco Centro-Oeste. Com este leilão o número de aeroportos administrados pela iniciativa privada sobe de dez para 22.

Leilão dos portos

Foram leiloadas quatro áreas portuárias, três delas no Porto de Cabedelos (PB) e uma no Porto de Vitória (ES), no dia 22 de março. A arrecadação foi de 219,5 milhões de reais. A concessão prevê investimentos de 199 milhões de reais em 25 anos. O vencedor foi o consórcio composto pelas empresas Raízen, Ipiranga e BR Distribuidora, que arrematou os quatro ativos. Novos leilões de portos na região Norte estão programados para o mês de abril.

Leilão das ferrovias

Foi leiloado trecho de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul no dia 28 de março. A arrecadação foi de 2,719 bilhões de reais. A concessão prevê investimentos de 2,7 bilhões de reais em trinta anos. A vencedora foi a empresa Rumo, ligada ao grupo Cosan. Novos leilões de ferrovias de integração Oeste-Leste estão planejados para ocorrer nos próximos meses.

ANÁLISE CRÍTICA

Em março as principais ações do governo na área de infraestrutura econômica e social estiveram concentradas no setor de transporte e logística, apenas esse mês passaram por leilões de concessão dezesseis ativos da União nos segmentos de aeroportos, portos e ferrovias.

O atual governo tem ampliado a lista de ativos privatizáveis e acentuado o discurso ideológico em defesa das privatizações. No entanto, não consegue levar adiante essas vendas, parte dos principais projetos listados no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) tem status em atraso por motivos variados, que vão desde entraves junto ao TCU até desacordos sobre as modalidades das desestatizações. Para compensar sua própria ineficiência, o governo acelera o calendário das concessões programadas nos governos Dilma (aeroportos) e Temer (portos e ferrovias).

O Ministério da Infraestrutura saudou o conjunto de leilões de forma positiva, destacando que o ágio médio dos certames ultrapassou as expectativas do governo. O que não se ressaltou, entretanto, foi o fato de que no caso dos aeroportos o lance inicial de venda proposto pelo governo ser de 219 milhões de reais para os conjuntos dos blocos. O valor é inferior à construção e manutenção de apenas um aeroporto, que pode variar entre trezentos milhões de reais e quinhentos milhões de reais; já no caso dos portos, ainda mais escandaloso, o lance inicial de venda foi fixado no valor simbólico de um real por porto; no caso da ferrovia, por seu turno, o lance inicial também subestimado foi de 1,3 bilhão de reais. Tratam-se, portanto, de ativos concedidos abaixo de seus valores de mercado.

Além disso, representantes do governo têm utilizado os leilões como exemplos de sucesso na atuação da iniciativa privada no setor de infraestrutura. O argumento é pouco consistente já que no caso dos aeroportos uma empresa estatal espanhola arrematou o bloco mais importante, no caso dos portos a presença da subsidiária estatal BR Distribuidora foi decisiva para o certame e no caso do trecho ferroviário a competição empresarial privada nem mesmo se fez presente, dada a participação de apenas dois consórcios. Diante da baixa participação do capital privado nacional, coube ao capital internacional ser um dos grandes vencedores desse pacote de leilões.

Por fim, o governo utiliza o argumento de que os investimentos contratados nos leilões de concessão podem ser fundamentais para a retomada do crescimento econômico. No entanto, as exigências anuais de investimentos são, na média, baixas para a ampliação, manutenção e melhoria dos serviços leiloados. De acordo com alguns especialistas, para se modernizar a infraestrutura nacional seria necessário investir pelo menos 4,5% do PIB, ou cerca de 305 bilhões de reais, mas a previsão é de que em 2019 os investimentos em infraestrutura somem apenas 129,9 bilhões de reais. Há ainda dúvidas com relação a como serão captados os recursos para esses investimentos em função do desmonte dos instrumentos de financiamento de longo prazo em curso atualmente no país.

PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

No dia 7 de março o governo anunciou que por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) os subsídios oferecidos aos consumidores de energia elétrica no campo irão acabar em um prazo de cinco anos. O valor anual desses subsídios chega a 3,5 bilhões de reais e é repassado às contas de energia residenciais e comerciais da área urbana.

Por conta da perspectiva de um acordo comercial entre a China e os Estados Unidos por meio do qual o país asiático promete ampliar suas compras de produtos agrícolas dos Estados Unidos em trinta bilhões de dólares anuais, estima-se que o Brasil deverá ser bastante prejudicado, especialmente em relação à exportação de soja. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Soja, as perdas neste ano para o setor podem chegar a 5,5 bilhões de dólares (20,5 bilhões de reais).

O governo brasileiro participou da segunda sabatina na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para dar continuidade ao pleito do país para integrar a Organização. Dias depois, em visita aos Estados Unidos, os governos brasileiro e norte-americano divulgaram um comunicado conjunto no qual os Estados Unidos prometem apoiar o pleito do Brasil, enquanto o governo brasileiro se compromete a renunciar ao status de “economia emergente” na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na mesma viagem aos Estados Unidos o presidente Jair Bolsonaro assinou o “Acordo de Alcântara” que permite aos Estados Unidos o uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (MA). Estima-se que o Brasil receberá algo próximo a 140 milhões de reais anuais com o aluguel da base, que por sua localização privilegiada permite uma economia de 30% de combustível dos foguetes que de lá são lançados.

Ainda na viagem aos Estados Unidos, o presidente Bolsonaro decidiu fazer uma concessão unilateral aos norte-americanos, criando uma cota para a importação de trigo de até 750 mil toneladas anuais sem qualquer tarifa alfandegária.

O Ministério da Economia manifestou intenção de acelerar a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Tesouro Nacional. Dos 26 bilhões de reais que estavam previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), o governo já havia indicado que pretendia ampliar para 100 bilhões de reais e agora já se fala em 150 bilhões de reais apenas em 2019. A direção do banco, entretanto, apesar de não discordar dos valores devidos, entende que o processo

de devolução deve ser mais lento, pois grande parte dos recursos está aplicada em operações de crédito.

No dia 19 de março expirou parte do Acordo de Complementação Econômica que o Brasil havia firmado com o México. Com isso, encerra-se o regime de cotas para importação de automóveis leves e autopeças entre os dois países e, a partir de agora, não há mais cobrança de tarifas nem limites quantitativos.

O governo protocolou na Câmara a proposta de reforma do regime previdenciário dos militares, que veio acompanhada de um novo plano de carreira que pretende compensar as perdas que decorrem das mudanças nas aposentadorias e pensões. Considerando as economias com a reforma dos militares e as despesas com o novo plano de carreira dos mesmos, calcula-se uma economia de apenas dez bilhões de reais nos próximos dez anos, isto é, menos de 1% da meta de 1,1 trilhão de reais defendida por Paulo Guedes.

No dia 15 de março o governo realizou leilão para a concessão de doze aeroportos. A arrecadação com o conjunto das outorgas totalizou 2,38 bilhões de reais.

No dia 22 de março o governo realizou leilão para o arrendamento de quatro terminais portuários e arrecadou 219,5 milhões de reais com a outorga.

Ao divulgar o 1º Relatório Bimestral de Receitas e Despesas o governo contingenciou 29,8 bilhões de reais do Orçamento Geral da União (OGU), sob o argumento de que a economia está mais fraca do que o previsto e de que algumas receitas, como por exemplo os doze bilhões de reais esperados com a privatização da Eletrobras, não devem se confirmar.

ANÁLISE CRÍTICA

A visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos foi certamente o evento econômico mais relevante deste terceiro mês de governo do ex-capitão. Para além da subserviência explícita e do célere alinhamento a Donald Trump, Bolsonaro conseguiu em poucos dias impor sérios constrangimentos à economia e ao desenvolvimento do Brasil.

Entre a série de atos que afrontam diretamente os interesses do país, pelo qual deveria responder, aquele que deve produzir impactos mais imediatos foi a flexibilização das importações de trigo dos Estados Unidos. Ao conceder uma cota de 750 mil toneladas anuais isentas de tarifas, Bolsonaro não apenas prejudica os produtores nacionais – que

por condições climáticas têm dificuldade de competir em preços com produtores de países de clima mais frio – como também compromete as relações comerciais do Brasil com a Argentina. Deixando de importar trigo do parceiro de Mercosul, Bolsonaro abre o flanco para prováveis retaliações comerciais que podem limitar as exportações brasileiras para o país platino, com o qual existe uma pauta exportadora extremamente favorável, concentrada em bens manufaturados.

Mais grave do que isso, entretanto, foi a decisão de pedir apoio dos Estados Unidos para a entrada do Brasil na OCDE em troca da mudança de status de economia emergente na OMC. Neste caso, nas duas pontas da barganha, o Brasil perdeu importantes graus de liberdade para a gestão da política econômica nacional. Por um lado, ao deixar a condição de “emergente” na OMC perde uma série de salvaguardas que conferem tratamento menos oneroso em acordos multilaterais realizados no âmbito da Organização. Ou seja, com isso perde a possibilidade de adotar determinadas políticas de apoio ao setor produtivo nacional. Por outro lado, um futuro ingresso na OCDE vai trazer sérias restrições ao manejo da Conta Financeira do balanço de pagamentos. Para fazer parte do clube, o país precisa se comprometer a não implantar medidas que limitem a livre mobilidade de capitais e de controle da taxa de câmbio. Combinadas, as duas medidas resultam em grave impedimento para adotar políticas de desenvolvimento e em mais grave ainda exposição da economia brasileira aos fluxos de capital financeiro de caráter especulativo.

Oportunidades ocupacionais e renda

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou números que atestam que a crise no mercado de trabalho atingiu proporções recordes no trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019. A população subutilizada (27,9 milhões) é recorde da série histórica, com alta de 3,3% (mais 901 mil pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 (27 milhões) e de 2,9% (mais 795 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Contam como subutilizadas as pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial. Além deste dado, a pesquisa mostra que também são recordes históricos a população fora da força de trabalho (65,7 milhões) e o número de pessoas desalentadas (4,9 milhões). Nada disso é boa notícia para o trabalhador brasileiro. O IBGE também mostra que a taxa de desocupação foi de 12,4% no trimestre analisado, subindo 0,9 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e considerada estável em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em que foi de 12,6%). Já a população desocupada chegou a 13,1 milhões no trimestre analisado.

Educação, esportes e cultura

No início da última semana de março, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) havia informado por portaria que a prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia alunos da educação básica em âmbito nacional, não seria realizada neste ano, mas apenas em 2020. Um dia após repercussão negativa, a portaria do MEC foi anulada. Entre idas e vindas, Tania Leme de Almeida, secretária de Educação Básica, pediu demissão do cargo; na sequência, Marcus Vinicius Rodrigues, então presidente do Inep, também foi exonerado.

Outra importante demissão é da pastora Iolene Lima, que já fazia parte dos quadros do MEC e fora anunciada como secretária-executiva do ministério, mas não chegou a ser nomeada. Trata-se de mais um quadro ligado aos evangélicos que sai do governo devido ao desgaste gerado por suas declarações sobre educação e religião.

Seguridade Social Ampliada

O governo preparou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019 e um Projeto de Lei (PL) 1645/2019. Ambas propostas tratam, grosso modo, de uma reforma na Previdência Social, sendo a PEC relativa aos trabalhadores civis e o PL relativo aos militares. Este assunto tem dominado completamente os noticiários e as negociações no Planalto Central.

Direitos Humanos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aprovou o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após rompimento da Barragem da Vale S/A.

O CNDH recomendou a modificação da MP nº 870/2019, para manter a identificação, delimitação e demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, bem como o licenciamento ambiental de empreendimentos que tenham impactos em terras indígenas como área de competência da Fundação Nacional do Índio (Funai). A MP 870 alterou essas competências, tirando da Funai e repassando para ministérios ocupados por representantes do grupo de interesse dos ruralistas.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos indeferiu requerimento de anistia formulado por mais de 270 requerentes durante o mês de março e concedeu reposicionamento da reparação econômica, de caráter indenizatório, a sete anistiados políticos, sendo ao menos três deles sabidamente suboficiais das Forças Armadas. A ministra reformulou a Comissão de Anistia e empossou 27 novos integrantes. Uma das decisões tomadas foi a de aumentar de vinte para 27 o número de conselheiros. Cabe a eles a análise e elaboração de parecer conclusivo nos requerimentos de anistia para julgamento final da ministra. No final do mês, após uma disputa judicial e diversas declarações de Bolsonaro, o Palácio do Planalto divulgou um vídeo em comemoração ao golpe militar de 1964.

A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) quer levar água aos integrantes de quilombos do semiárido. O projeto prevê a construção de 110 cisternas nos quilombos e aldeias indígenas do semiárido brasileiro, que vão atender diretamente 3.757 famílias dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O anúncio foi feito pela secretária Sandra Tereza, em Washington, durante o encerramento da 2ª Semana Interamericana dos

Afrodescendentes. Os recursos para execução do projeto são de aproximadamente 12.680.823,81 reais.

Foi reinstalada a Frente Parlamentar Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O objetivo da Frente é promover o diálogo entre os diversos segmentos sociais, de forma que se encaminhem ao Poder Legislativo propostas que visem fortalecer a proteção física e psicológica de crianças e adolescentes, assim como as instituições que atuam na defesa e proteção dos direitos da infância.

ANÁLISE CRÍTICA

A dimensão social do governo Bolsonaro padece de uma aridez deplorável. O governo segue na estratégia de conformar embates ideológicos em declarações midiáticas (inclusive do presidente) ao invés de propor políticas públicas para o Brasil. Esses embates ideológicos, que podem até ter guarida e apoio na base bolsonarista mais fervorosa, acabaram por gerar confrontos entre os segmentos que deram força ao resultado eleitoral de 2018.

Na dimensão social os exemplos disso são os conflitos no Ministério da Educação e a paralisa da tramitação da reforma da Previdência.

No MEC, o grupo olavista resolveu tornar públicas as divergências e bateu em bandada entre exonerações e pedidos de demissões. Marcado pelo viés ideológico pelo qual a educação pretende atuar, o ministério tem sido palco de disputas entre as forças que sustentam o atual presidente, como os representantes do olavismo, os militares e os representantes das forças econômicas.

Na reforma da Previdência, em que pese uma sinalização de alinhamento ideológico entre o presidente da Câmara e Bolsonaro, a paralisa da tramitação da PEC e do PL apontam que as dificuldades políticas do governo podem ultrapassar o mero anacronismo para uma dificuldade de sustentação, especialmente sob o ponto de vista de sua capacidade de aprovação de alterações legislativas.

No mérito, a PEC da reforma da Previdência traz uma reestruturação com endurecimento das regras de acesso aos benefícios previdenciários (aumento do tempo de contribuição e da idade mínima) e uma redução dos valores dos benefícios a serem concedidos, que podem ser inclusive de menos de um salário mínimo. Ainda, o PL (para os militares) propõe junto com a reforma da Previdência destes uma reestruturação da carreira militar que praticamente compensa a economia de despesas

gerada pela reforma. Ou seja, enquanto a PEC endurece muito as regras de acesso aos benefícios para civis sem nenhuma compensação, com melhorias no salário ou em condições de trabalho ao longo da vida, os militares terão esta contrapartida para que aceitem a reforma. E é interessante lembrar que o PL só foi elaborado pelo governo após pressão política, pois a intenção do governo era primeiro votar a reforma dos civis para depois discutir a dos militares.

Outra fonte de injustiças na reforma é o fato de que 75% da economia prevista sairia de cortes no RGPS (urbano e rural), cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no abono salarial, que atingem justamente os mais pobres; e ainda o fato de que o aumento da idade exigida para aposentar oneraria especialmente mais as mulheres, contribuindo para uma sobrecarga ainda maior destas para além da dupla jornada.

Os posicionamentos da Comissão Nacional de Direitos Humanos sobre Brumadinho e sobre a competência das questões referentes à demarcação de terras indígenas mostram o quanto a situação do país é grave. Segundo a comissão, no caso do crime da Vale, “fica evidente a falha sistêmica das políticas e dos processos operacionais da Vale na prevenção, mitigação e remediação de violações de direitos humanos e danos socioambientais”. O relatório elencou diversas recomendações sobre o assunto, desde o crime da Samarco, que não foram atendidas, como a aprovação de PL que institui a Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens e que trata do licenciamento e fiscalização ambiental de barragens de rejeitos industriais e de mineração.

No caso do posicionamento da Comissão sobre a mudança de competência das questões de demarcação de terras indígenas, a Comissão aponta para uma possível violação institucionalizada de direitos dos povos indígenas no entendimento de que essa questão deve ser assunto dos ruralistas.

A gravidade das posições do governo sobre Direitos Humanos é algo que ganhou um contorno alarmante no final do mês. Em menos de uma semana, Damares atingiu a Comissão de Anistia (instituição que existe desde a Constituição de 1988) e o governo se posicionou de forma abjeta com relação ao golpe de 1964 que proporcionou ao Estado desrespeitar, torturar e matar pessoas de forma institucionalizada, chamando isso de “probleminhas”. O governo flerta de forma notória com o rompimento democrático. E os fatos relevantes na dimensão social atestam que a desigualdade é *modus operandi* para os interesses econômicos que governam o Brasil.

A crise do mercado de trabalho é exemplo disso. Enquanto o país atinge números alarmantes sobre a subutilização e desalento, o jornal *Valor Econômico* anunciou

que o lucro das empresas dobrou com os “cortes e novo cenário”. Os números do desemprego não melhoram, e cada vez mais as pessoas estão subutilizadas ou ficam sem condições de procurar trabalho. A precarização enquanto instrumento de política econômica já está comprovada.

O Brasil caminha a passos largos de um estrangulamento estrutural do mercado de trabalho e desprezo sistêmico de direitos humanos elementares, em um governo que colabora para esse processo.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

Em janeiro de 2019, o desmatamento na Amazônia cresceu 54% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Foram 108 quilômetros quadrados de vegetação desmatada, frente a setenta quilômetros quadrados no mesmo período do ano anterior. Segundo o Boletim do Desmatamento da Amazônia do Instituto Imazon, a área desmatada no primeiro mês de 2019 equivale a quinze mil campos de futebol. Os estados que apresentaram maior desmatamento foram o Pará, com 37% da área desmatada neste período, Mato Grosso, com 32,4%, seguidos de Roraima (15,7%), Rondônia (8,3%), Amazonas (5,6%) e Acre (0,9%). No Amazonas e em Rondônia, no entanto, a proporção do desmatamento neste ano foi seis vezes e 4,5 vezes maior do que no ano anterior, respectivamente.

O formato de aplicação de multas por crimes ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) será alterado pelo governo. Uma minuta de decreto de lei do Ministério do Meio Ambiente (MMA) pretende criar um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou mesmo anular multas por crimes ambientais. O núcleo seria formado por três representantes do MMA e do Ibama. Caso seja implementado, o decreto também impedirá que os valores arrecadados com as multas sejam convertidos para financiar projetos estratégicos ambientais. Atualmente, os recursos das multas vão para um fundo gerido pelo Ibama que consegue planejar o financiamento de ações estratégicas para meio ambiente de forma autônoma. No ano passado, os recursos das multas haviam sido utilizados para financiar projetos ambientais na bacia do rio São Francisco.

A principal unidade de saúde do país de acolhimento e acompanhamento dos indígenas que passam por tratamento de saúde, a Casa de Saúde Indígena (Casai), em Brasília, teve os 100% de seus repasses financeiros suspensos desde janeiro. No país, mais de treze mil funcionários estão sem receber desde então. Os locais de atendimento que ainda funcionam dependem da ida voluntária dos funcionários com salários atrasados e de fornecimento de alimentação de conveniadas, que topam continuar prestando o serviço mesmo sem receber seus pagamentos. O governo também pretende descentralizar a responsabilidade da saúde indígena para estados e municípios. A medida causou uma série de protestos realizados pelos povos indígenas.

Assim como outras unidades do país, a Casai, de Brasília, quando não consegue realocar

para outras unidades de saúde pública precisa devolver indígenas às suas aldeias sem o tratamento devido. Na última semana de março, 54 indígenas ainda estavam na unidade. A maioria das etnias Xavante e Yanomami. Em janeiro e fevereiro foram atendidos/acolhidos na unidade 111 pacientes e 165 acompanhantes. A “economia” com o não pagamento da alimentação na unidade não passa de setenta mil reais ao mês.

Desenvolvimento regional

No que se refere ao desenvolvimento regional houve movimentação dos governadores da região Nordeste posicionando-se contra as principais pautas do governo que estão circulando no Congresso Nacional. Com a finalidade de montar o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, os governadores do Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe assinaram uma carta emitindo posição coletiva a respeito da segurança pública, do Banco do Nordeste, da Sudene, da Reforma da Previdência, bem como pela defesa do Estatuto do Desarmamento e contra a desvinculação das receitas frente as despesas obrigatórias constitucionais.

Além disso, o Ministério da Fazenda anunciou que vai repassar recursos do fundo social do pré-sal para estados e municípios a partir de 2020. Esse percentual atualmente corresponde a cerca de 17 bilhões de reais. A iniciativa do governo mostra sinais de disputa entre a Petrobras e o governo federal sobre os recursos excedentes da cessão onerosa. Em 2010, a Petrobras assinou um acordo de 74,8 bilhões de reais com a União para a exploração de cinco bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos; com o desenvolvimento do pré-sal estima-se que a área cedida para a Petrobras tenha mais seis bilhões de barris, a União pleiteia receber os valores desse excedente, mas há disputas entre as partes sobre qual deve ser o valor desse novo pagamento.

Em 26 de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, participou da reunião extraordinária do Fórum de Governadores no Palácio do Buriti. Estavam presentes os governantes das 27 unidades federativas do país. Para o governo federal, o principal objetivo da participação no encontro foi buscar apoio dos governadores para emular a reforma da Previdência Social utilizando como moeda de troca as transferências de recursos da União. Além dos recursos do pré-sal, foi promessa do Ministério da Economia a elaboração pelo governo federal de um plano de recuperação fiscal dos estados em trinta dias. Posteriormente o texto do plano precisará passar pela apreciação do Congresso Nacional.

ANÁLISE CRÍTICA

Logo nos primeiros dias de 2019 o Bioma Amazônico passou a sofrer as consequências das ações e ideário de desrespeito ao meio ambiente do atual governo. Grande parte do desmatamento na Amazônia se dá atualmente em áreas privadas, dedicadas ao agronegócio, como soja, café e pecuária. Estas áreas foram responsáveis por 67% deste desmatamento de 2019. Em torno de 21% do desmatamento se deu em assentamentos, que por desamparo do poder público vem sofrendo nos últimos anos com violências, invasões e grilagens de terra. No Assentamento Virola-Jatobá (PA), por exemplo, que é vizinho ao Assentamento Esperança (PA), onde a missionária Dorothy Stang foi assassinada, as cerca de 160 famílias assentadas já denunciaram que desde 2017 grileiros, madeireiros e fazendeiros ilegais já se tornaram maioria no local. Eles os ameaçam e destroem suas produções, além de desmatar e lotear ilegalmente a terra. Levanta-se a preocupação também com a proporção de desmatamento ocorrida neste ano em Terras Indígenas (7%) e Unidades de Conservação (5%), cada vez mais invadidas também para exploração mineralógica, madeireira e agropecuária.

As mudanças que o governo Bolsonaro pretende fazer no Ibama afetarão a autonomia dos técnicos e flexibilizarão a aplicação de multas por crimes ambientais no país. A criação do núcleo com apenas três integrantes significará um colapso na repressão aos crimes ambientais, uma vez que será impossível esses poucos técnicos avaliarem um volume próximo a dezesseis mil atuações anuais. O descaso com os crimes ambientais na gestão de Bolsonaro já mostra fortes indícios. No início de 2019, o Ibama aplicou a menor quantidade de multas desde 1995. Obviamente as infrações contra o meio ambiente não foram reduzidas no período. No primeiro bimestre foram aplicadas 119 multas, enquanto que em 2018, 2017 e 2016 as multas foram correspondentes a 1.581, 1.630 e 1.810, respectivamente.

A questão da retirada de recursos destinados à saúde indígena causa preocupação para as comunidades tradicionais. Uma das propostas do atual ministro da Saúde, Luiz Mandetta, é deixar o atendimento desta população a cargo dos municípios e dos estados. Isto impõe mais um desafio aos indígenas, pois, além das aldeias que ficam em locais remotos, as demais também não costumam se localizar próximo ao centro das cidades. Isso somado às péssimas condições de transporte público no país, em geral, dificultará muito o acesso dos indígenas doentes ao atendimento de saúde. Esta proposta do novo governo se soma às demais de pressão sobre as terras e cultura indígena. O povo indígena parece estar sendo atacado politicamente de todas as formas possíveis. Em meio a diversos protestos realizados pelos povos indígenas, o governo estuda repensar a questão.

Quanto ao desenvolvimento regional, o encontro dos governadores da região Nordeste mostrou que parcela dos entes federativos não está alinhada com a pauta que o governo federal busca emplacar no Congresso Nacional. Os governadores nordestinos emitiram posição coletiva contra a Reforma da Previdência, pela defesa do Estatuto do Desarmamento e contra a desvinculação das receitas frente às despesas obrigatórias constitucionais. No documento, os governadores, posicionam-se “em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e por invalidez, mulheres, entre outros, pois o peso de déficits não pode cair sobre os que mais precisam da proteção previdenciária”, assim como apontam insatisfação com a proposta de “desconstitucionalizar a Previdência Social, retirando da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos”. Por outro lado, o governo federal busca apoio dos governadores e prefeitos para emplacar a reforma da Previdência utilizando como moeda de troca a elaboração de um plano de recuperação fiscal dos estados, bem como os recursos provenientes do fundo social do pré-sal para os demais entes federados.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; Antonio Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coddas; Isafás Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br